

PROGRAMA DE GOVERNO MUNICIPAL

• Porto Velho, 02 de julho de 2012

COORDENAÇÃO DE PROGRAMA DE GOVERNO

Coordenador

ARTUR MORET

Membros

ANTONIO ROBERTO DOS SANTOS FERREIRA
OSVALDO PITTALUGA



APRESENTAÇÃO



A essência da construção do plano de governo é buscar junto a sociedade as necessidades que visem proporcionar uma qualidade de vida melhor dos munícipes de forma participativa.

Esta transferência de conhecimento sensibiliza o gestor para que venha a executar ações que vão de encontro aos anseios da população, portanto atendendo ao interesse coletivo, sem que desconsidere as necessidades das minorias.

Esta priorização de políticas públicas em acordo com a sociedade culmina com uma justiça social combinada com desenvolvimento sustentável.

A essência da construção do plano de governo é buscar junto à sociedade as necessidades que visem proporcionar uma melhor qualidade de vida aos munícipes, construído de forma participativa, transformando a sociedade em corresponsável pela boa gestão pública, reconhecendo-se naquilo que ajudou a construir.

O Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Porto Velho, reafirmando a política partidária de participação popular na construção da gestão municipal como uma ação ética, politicamente justa e socialmente necessária, estabeleceu as ações a serem implementadas no comando da Prefeitura de Porto Velho, no período de 2013 a 2016, a partir das ações positivas que o modo petista de governar trouxe para a Capital no período de 2005 a 2012, em especial com a ajuda das compensações das hidrelétricas, dividida em duas etapas: a primeira por meio de diagnóstico interno, com base nas ações efetivamente realizadas pelas Secretarias e Coordenadorias e, a outra, por meio de consulta pública juntos aos movimentos sociais, identificando os anseios da população após as diversas ações implementadas pela atual gestão municipal e considerando o período pós - usinas, cujo maior desafio será a manutenção do crescimento, geração de emprego e renda, apoiados nos conceitos de sustentabilidade.

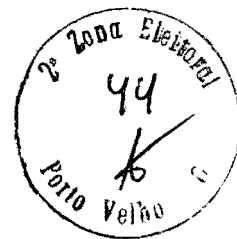
Para atingir esses novos desafios, as ações foram divididas em 6 eixos temáticos:

1. PARTICIPAÇÃO CIDADÃ E CONTROLE SOCIAL;
2. POR UMA CULTURA DEMOCRÁTICA E TRANSFORMADORA NA VIDA PÚBLICA;
3. DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL COMO FATOR DE GERAÇÃO DE TRABALHO, RENDA E PROMOÇÃO DA IGUALDADE SOCIAL;
4. POLÍTICAS SOCIAIS E DE GARANTIA DE DIREITOS;
5. GESTÃO ÉTICA, DEMOCRÁTICA E EFICIENTE;
6. AFIRMAÇÃO DE DIREITOS: GÊNERO, RAÇA E ORIENTAÇÃO SEXUAL.

Construído coletivamente junto a todos os seguimentos da sociedade, este Programa de Governo poderá ser acrescido com as propostas a serem apresentadas pelos partidos políticos que irão se coligar no momento do registro da candidatura.

Cordial abraço.

A Coordenação



INTRODUÇÃO

Este texto é fruto do esforço coletivo de militantes do PT de Porto Velho que contribuíram durante o processo de construção do Programa de Governo para a gestão 2013-2016.

Inicialmente agradeço a todos/as que participaram das diversas plenárias, desde a discussão da metodologia, da escolha dos temas, da discussão e diagnóstico de cada área temática, dos diversos debates e da elaboração do texto.

Um agradecimento especial faço ao Companheiro Artur Moret que coordenou apaixonadamente este processo até que um golpe traçoeiro em sua saúde o obrigou a se recolher. Importa-nos o trabalho, mas mais que isso, importa saber que o companheiro está bem e que brevemente nos ajudará a implementar as ações aqui destacadas.

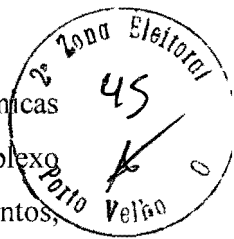
Da mesma forma agradeço aos companheiros membros da ação do Plano de Governo que deram continuidade ao trabalho iniciado por Artur Moret, como fosse um bastão passado ao companheiro seguinte que deu prosseguimento à missão, olhando para a linha final da vitória.

Considerando que estamos administrando Porto Velho a 2 gestões, este Plano parte da definição de cada tema à luz do modo Petista de Governar, onde buscamos diagnosticar o que foi objeto de nossos Planos nas eleições de 2004 e 2008, o que implementamos, nossos avanços e nossos desafios para a próxima gestão.

Assim, foi fundamental contarmos com a contribuição generosa e compromissada de nossos companheiros e companheiras que hoje executam as Políticas Públicas que promoveram o avanços no Município de Porto Velho.

Nossa gestão neste novo ciclo, tem o compromisso de aprofundar as mudanças iniciadas em 1 de janeiro de 2005 e o desafio de continuar administrando Porto Velho preparando o Município para que o Centenário em 2014 tenha a marca das políticas públicas implementadas pelo PT identificadas no cuidado e no respeito às pessoas.

Na concepção do Plano de Governo identificamos os pontos que foram exitosos na administração do PT à frente do município durante o período de 2005/2012 e aquelas que necessitam correções de rumo, haja vista que apresentaram alguma deficiência, pois como em qualquer planejamento se faz necessário monitoramento e avaliação de resultados a fim de efetuar ações corretivas e preventivas.



Considerando que no próximo período iremos enfrentar condições econômicas adversas às vivenciadas no período anterior, em função da conclusão da Construção do Complexo Hidrelétrico do Madeira, com a previsão de diminuição dos recursos disponíveis para investimentos, será necessário ações mais dinâmicas e criativas para manter o ritmo de investimento em Porto Velho e ao mesmo tempo ampliar as políticas públicas para toda a sociedade.

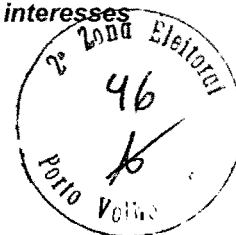
Acredito na força e na coragem dos homens e mulheres de bem dessa nossa cidade.

Acredito que ao lado de nossa companheira Dilma, serei a primeira prefeita de Porto Velho, e com a sensibilidade e olhar de mulher e mãe, quero poder retribuir a confiança depositada por todos e todas que, coletivamente, me ajudarão na construção da Porto Velho de nossos sonhos.

Porto Velho, 02 de julho de 2012.

Fatima Cleide
Candidata

Promover uma visão de Estado na administração pública, onde o foco seja a implementação e consolidação de políticas públicas que venham atender ao interesse da sociedade, de forma duradoura e contínua, onde as ações de governo tenham a função estruturante e não de mera condução de interesses individuais, portanto tornam-se políticas de Estado e não de Governo.



Propostas

Princípios de Gestão

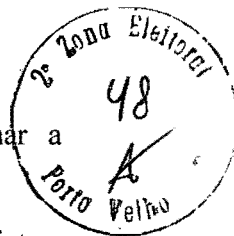
1. Gestão Participativa articulada com Movimento Comunitário;
2. Valorização do Servidor Público;
3. Realizar o planejamento de médio e longo prazo, com participação da sociedade, tendo como perspectiva: “Porto Velho 2020 – a cidade dos nossos sonhos”;
4. Implantar o Orçamento Participativo Cidadão;
5. Implantar o projeto Gabinete Aberto, por meio do qual o prefeito vai realizar audiências públicas nas quais pessoas ou grupos possam apresentar, propor e discutir temas;
6. Instituir novos canais e fortalecer os já existentes de participação cidadã;
7. Democratizar a elaboração do Orçamento Municipal, promovendo a participação da sociedade local no planejamento, no acompanhamento e na fiscalização da execução orçamentária.
8. Difundir a experiência do Orçamento Participativo nas diversas regiões da cidade, reforçando o caráter democrático do controle social sobre as ações da administração municipal;
9. Consolidar os canais de participação, com a criação dos conselhos gestores de unidades ou de políticas públicas, no intuito de ampliar os espaços de decisão.
10. Promover a articulação entre os diversos canais de participação cidadã, na esfera municipal, estadual ou federal;
11. Desenvolver processos de formação continuada para conselheiro, conselheiras e lideranças comunitárias, objetivando acesso à informação sobre o funcionamento do poder público e das especificidades da administração municipal;
12. Implantar experiências de mutirão como forma de qualificação e apropriação dos espaços públicos;
13. Estimular a participação das crianças e dos jovens no desenvolvimento da gestão e nas decisões que lhes dizem respeito, estimulando o seu protagonismo e fortalecendo sua consciência de cidadania.
14. Criar 05 postos de atendimento da Prefeitura nos bairros, aproximando do munícipe o acesso aos serviços e informações;
15. Implantar um moderno sistema de atendimento ao cidadão via telefone e internet, “Call Center” garantindo o acompanhamento adequado da solicitação do munícipe e com prazos pré-definidos para a execução do serviço.
16. Implantar a Mesa de Negociação Permanente com o Sindicato dos Servidores, adotando instrumento normatizador e regulador da relação do governo com o funcionalismo;



17. Modernizar o processo de trabalho, com a implantação de sistemas tecnológicos capazes de agilizar o fluxo de informações e a qualidade das ações desenvolvidas;
18. Criar programa de formação continuada para os servidores públicos, promovendo uma nova dinâmica organizacional baseada na promoção da qualificação e no desenvolvimento das pessoas, na perspectiva de constituição de um quadro permanente de gestores públicos;
19. Garantir que os servidores participem de forma concreta na discussão, na implantação e na avaliação das ações realizadas;
20. Implantar o planejamento estratégico que norteie todas as ações do governo, onde cada secretaria incorpore esta ferramenta de gestão na sua prática diária;
21. Utilizar o Orçamento Municipal para medir eficiência, eficácia e concretude das ações estabelecidas no Plano de Governo;
22. Dar tratamento matricial aos projetos do governo, garantindo cooperação e articulação das diferentes áreas e definindo com clareza os escopos e atribuições de cada uma delas;
23. Instituir política de recursos humanos que valorize, respeite e reconheça os servidores, com investimento em capacitação e na qualificação profissional, sempre com vistas à melhoria da qualidade do serviço prestado.

Modernização Administrativa

25. Construir o Centro Administrativo Municipal, aproximando todas as unidades administrativas, facilitando o acesso ao município e gerando economia com alugueis e outras despesas;
26. Criar nova estrutura organizacional que dê conta das especificidades do Programa de Governo e que diminua os níveis hierárquicos, garantindo que as decisões fluam mais rapidamente dentro da máquina administrativa;
27. Implantar um processo de mudança da cultura organizacional, visando romper com as posturas e procedimentos burocráticos e estimular novas atitudes do servidor, com ênfase na reflexão sobre o trabalho de integração das diferentes áreas da Prefeitura e na capacitação para as ações transversais que articulem essas áreas;
28. Implantar o acompanhamento e o gerenciamento das ações do governo, baseados na metodologia do Planejamento Estratégico Situacional, garantindo o cumprimento das definições orçamentárias;
29. Implantar a Ouvidoria Municipal como um canal de comunicação direta entre o cidadão e a Prefeitura, com o objetivo de atender diretamente os municípios em reclamações sobre os serviços prestados ou por solicitações não atendidas;
30. Utilizar os sistemas de Tecnologia de Informação na busca de agilidade, simplificação das tarefas, redução de custos das operações e prestação direta e transparente de serviços e informações aos municípios;
31. Firmar parcerias estratégicas referentes a obras e serviços com órgãos que realizam atividades semelhantes no Estado e na União;



32. Firmar parcerias com a sociedade civil organização com o objetivo de proporcionar a transparências das obras públicas municipais;
33. Consolidar a política municipal de capacitação dos servidores, em gerência de projetos, planejamento estratégico e metodologias e sistemas de elaboração, monitoramento e avaliação de políticas públicas, o que permitirá dar um salto de qualidade no atendimento à sociedade;
34. Implantar o planejamento estratégico em toda esfera do governo municipal.

AGRICULTURA

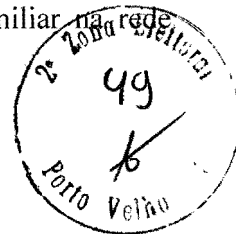
Alimentação é o combustível do corpo, portanto temos que ter uma atenção especial, pois sua quantidade, qualidade e produção de forma a respeitar o meio ambiente é o dever do gestor público, esta importância faz com que se busque políticas que tenham como objetivo dar condições de permanência do homem no campo gerando renda e condições de ampliar a sua produção e distribuí-la, sendo que a piscicultura torne-se mais uma opção de atividade econômico que o produtor possa ampliar seus horizontes financeiros e que a administração pública desempenhe seu papel de indutor econômico.

Propostas

1. Manejo Ambiental: promover o desenvolvimento rural sustentável da pequena propriedade, integrando os recursos naturais ao sistema produtivo por meio do fomento de cultivo de lavouras florestais para a produção de biomassa, para o abastecimento da indústria moveleira e extração de subprodutos e para a produção de alimentos e estabelecimento de áreas para produção, manutenção e distribuição de sementes crioulas.
2. Promover, de forma integrada, práticas de conservação dos solos e da água por bacias hidrográficas;
3. Fomentar a agricultura para geração de trabalho e renda em pequenas propriedades rurais que desenvolvem atividades de hortifrutigranjeiros, piscicultura, balneários, pesque e pague e outros;
4. Por meio de gestão interinstitucional priorizar a aquisição e uso de produtos da agricultura familiar;
5. Estender a política de alimentos produzidos pela agricultura familiar a todas as instituições utilizam produtos originários da agricultura em sua atividade pública;
6. Elaborar um plano de manutenção das estradas vicinais com a finalidade de manter a trafegabilidade durante o ano inteiro;
7. Dar suporte aos produtores situados na área de cinturão verde da cidade e distritos que tenham como base os produtos hortifrutigranjeiros;
8. Construir parceria com a sociedade civil organizada no sentido de viabilizar ações que venham a capacitar os agricultores para melhorar a produção e a qualidade dos alimentos;
9. Em parceria com o Governo Federal adotar o Programa Nacional de Educação no Campo (Pronacampo).
10. Implantar o programa “Cada quintal uma horta”, consorciado com plantas medicinais;
11. Incentivo de utilização de áreas urbanas ociosas para produção de alimentos;
12. Implantação do programa de “fruta no quintal”;

13. Incentivar a introdução de quiosques ou espaços para produtos da agricultura familiar na rede varejista do comércio local;

14. Estruturar e ampliar as feiras livres com melhoria das instalações



AÇÃO SOCIAL

As políticas públicas ligadas as questões sociais, terão seu olhar direcionado para a atenção a melhor idade, a criança e adolescente e a juventude, com o objetivo de prevenir situações de vulnerabilidade e risco social, sendo o fortalecimento dos vínculos familiares o principal instrumento de dessa política e, ainda, o enfrentamento das situações de violação dos direitos inerentes ao idoso, a criança e adolescente e à juventude.

Propostas

1. Construção espaços físicos para atendimento socioassistencial;
2. Ampliar o número de Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, tendo em vista o aumento da população de Porto Velho;
3. Constituir equipe do Centro de Referência de Assistência Social itinerante para atender as famílias que moram nas margens do Rio Madeira Porto Velho a Demarcação;
4. Ampliar o número de unidades do Restaurante Popular
5. Fortalecer os Centros Comunitário dos bairros de Porto Velho;
6. Fortalecer o Programa de Transferência de Renda – (bolsa família buscando atender todos os bairros e os distritos)
7. Implantar novas unidades de atendimento para descentralizar e melhorar o atendimento com Cadastramento, atualizações e desbloqueio do benefício.
8. Construção de espaços físicos para atender de 03 (três) Casa Acolhedoras (para atender casa da juventude, casa moradia e casa Cosme e damião);
9. Construção de uma república para atender jovens de 18 anos a 24 anos.

DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

O objetivo é transformar as ferramentas de tecnologia da informação para abrir a todo o cidadão o acesso à todas as ações desenvolvidas na administração pública municipal, bem como possibilitar a criação de novos aplicativos que tornem a administração mais eficiente; por meio de acesso gratuito à internet.

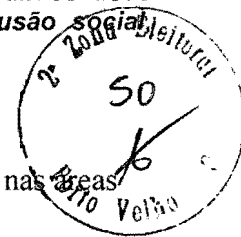
Propostas:

1. Instituir novos canais de participação cidadã.
2. Criar o observatório de políticas públicas, para produção de informações de todas as áreas visando orientar as ações do conjunto do governo

PRODUÇÃO

O crescimento econômico de forma sustentável é uma das obrigações da administração pública, entretanto este desenvolvimento deve garantir isonomia, igualdade, justiça social e preservar os

recursos comuns para as atuais e futuras gerações. Nesta linha de raciocínio o poder público deve buscar e estabelecer estratégias para que haja geração de trabalho e renda com inclusão social e industrialização com responsabilidade, mantendo os preceitos de uma economia solidária.



Propostas

1. Readequação da SEMDESTUR, no sentido de proporcionar melhoramentos operacionais nas áreas de turismo, intermediação mão-de-obra, economia solidária e qualificação profissional;
2. Reestruturação da Comissão Municipal do Trabalho e Emprego - transformando-a em “Conselho Municipal do Trabalho e Emprego”, com ações de qualificação e busca do comprometimento dos membros que deverão dar ao Conselho, um caráter fortemente atuante;
3. Resgatar o Banco do Povo Municipal - para que a disponibilização do micro-crédito seja direcionada às operações e aos ramos de atividades econômicas levantadas e identificadas como prioritárias. Além disso buscar-se-á parcerias para ‘injetar’ capital financeiro no Banco do Povo Municipal.
4. Propor, por meio do convênio plurianual com o MTE, efetiva qualidade ao atendimento dos trabalhadores bem como apresentar resultados efetivos de empregabilidade no âmbito do SINE Municipal;
5. Buscar parcerias na iniciativa privada para as ações de QSP – Qualificação Social Profissional, nos moldes praticados em 2010 em Porto Velho, ou seja, atuar junto às empresas, no sentido de qualificar seus trabalhadores evitando que despreparados nos diversos segmentos operacionais de determinadas profissões, fossem demitidos.
6. Instalar um observatório do trabalho contratado junto ao Dieese para permitir ao município estratificar geograficamente a oferta e a demanda de vagas de emprego bem como localizar a oferta de mão de obra;
7. Disponibilizar suporte jurídico e contábil aos trabalhadores que desejem ‘organizar-se’ enquanto associações e cooperativas sustentáveis, no âmbito da economia solidária.
8. Em parceria com faculdades trabalhar as estruturas de incubadoras, focando a geração de renda e o sucesso do investimento do micro crédito.
9. Interagir com os setores da indústria, de serviços e na área rural, na implementação das políticas que visem a criação de vagas de emprego e a geração de renda.
10. Formatar a instalação de novas empresas/industrias, através de incentivo fiscal;
11. Organizar a cadeia produtiva no meio rural, em especial a da agricultura familiar;
12. Através de convênios, melhorar as questões sanitárias na agricultura, piscicultura, suinocultura e caprino cultura;
13. Trabalhar o QSP de forma integrada com a secretaria da agricultura, coordenadoria da juventude, coordenadoria de mulheres, etc.
14. Incentivo a formalidade (de empregados) através de convênios com empresas e governo estadual;
15. Adesão da gestão municipal aos programas nacionais de apoio às mulheres (Mulheres Mil/MEC);



16. Promoção da formação profissional das mulheres;
17. Ampliação do acesso das mulheres às Políticas públicas de créditos;
18. Fortalecimento do papel da mulher chefe de família (CRAS);
19. Facilitação e oportunidade das mulheres ao Mercado de trabalho;
20. Ampliação de creches;
21. Estímulo à economia solidária;
22. Redução da tributação para as iniciativas econômicas das mulheres.

EDUCAÇÃO

Proporcionar ensino de qualidade e uma estrutura de educação que venha formar cidadãos comprometidos com o crescimento coletivo, com atenção especial às crianças e adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade social, tornando a escola como centro de referencia de formação, agregando atividades culturais e esportistas e, ainda, preparando a criação para o desafio do crescimento respeitando o meio ambiente.

Propostas

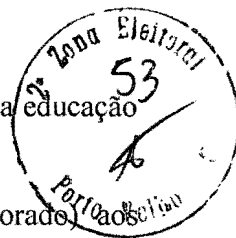
1. Criação do Departamento ou Coordenação de Educação Ambiental no âmbito da Secretaria Municipal de Educação;
2. Desenvolver atividade de educação ambiental nas escolas urbanas e rurais do município, priorizando a formação de trabalhadores em educação, por área de atuação, capacitando-os para ações ambientais e interdisciplinares, envolvendo toda a comunidade escolar;
3. Criar um Sistema Municipal de Capacitação e formação de professores e professoras, com acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos na sala de aula;
4. Criar um Sistema Municipal de Avaliação;
5. Implantar um Prêmio Municipal para experiências exitosas;
6. Ampliar a oferta de vagas na Educação Infantil de 0 a 3 anos na Rede Municipal de Ensino;
7. Implementar e Implantar um programa de combate ao analfabetismo;
8. Ampliar gradativamente o programa de Educação Integral nas Escolas da Rede Pública de Ensino;
9. Fortalecer e ampliar os programas de inclusão digital, garantindo a utilização dos equipamentos de informática como recursos pedagógicos;
10. Fortalecer a política de educação no campo ampliando o atendimento e assegurando a educação integral e educação especial;
11. Garantir aos alunos do campo ao concluírem o ensino fundamental o ingresso no ensino médio;



12. Ampliar o atendimento e buscar mecanismos de garantir a permanência dos alunos da educação de jovens e adultos;
13. Ampliar a oferta de vagas no curso pré-vestibular na rede pública municipal de ensino;
14. Ampliar a oferta e melhorar a qualidade do transporte escolar para os alunos do campo;
15. Melhorar o índice do IDEB da rede municipal de educação;
16. Fortalecer as parcerias com as instituições filantrópicas, confessionais e instituições que atuam na área de educação objetivando dar continuidade ao PROAFINC – programa de apoio financeiro as instituições filantrópicas, confessionais;
17. Implantar a educação a distancia no campo objetivando atender os alunos do 6º ao 9º ano;
18. Estabelecer um padrão de qualidade na rede municipal de educação, de forma a garantir o bom atendimento a todos os alunos, sem restrição;
19. Ofertar vagas na rede municipal de ensino, com critérios de acesso democrático e transparente, promovendo a permanência dos alunos;
20. Ampliar o atendimento e buscar mecanismos de garantir a permanência dos alunos da educação de jovens e adulto;
21. Garantia de acesso e permanência e sucesso a todos os níveis de ensino da Educação Básica;
22. Promoção da qualidade, expansão e interiorização da Rede Pública e tecnológica de educação;
23. Reestruturação curricular da Educação Básica, referenciada numa matriz de educação para a sustentabilidade e visão crítica da sociedade (ciências sociais, filosofia, cidadania, educação ambiental, história do Brasil e regional na perspectiva local e popular);
24. Investir em educação, pesquisa científica e desenvolvimento de tecnologias sociais em todos os níveis de ensino para formar uma geração que produza conhecimento e tecnologia na região, que promova o desenvolvimento com sustentabilidade e inclusão social;
25. Efetivar a educação pública e de qualidade no campo e comunidades tradicionais (ribeirinhos, indígenas), garantindo o transporte gratuito e adequado ao seu meio ambiente;
26. Incluir na grade curricular os temas relacionados a associativismo, cooperativismo e meio ambiente, atividade solidária, desde o ensino fundamental;
27. Criar políticas específicas para a educação indígena, diferenciada, de modo a respeitar suas especificidades culturais;
28. Garantir políticas públicas integradas que promovam a geração de trabalho e renda para o jovem e a jovem do campo e da floresta, com participação da juventude na sua elaboração e gestão;

Valorização e Formação Profissional

1. Garantir a inserção das temáticas de gênero, raça, etnia, orientação sexual e identidade de gênero, educação especial e educação integral nas formações oferecidas aos profissionais que atuam na educação básica;



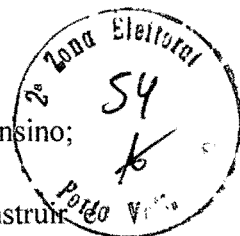
2. Incentivar à pesquisa, publicação e impressão de produções escritas dos profissionais da educação básica;
3. Oferecer gradativamente a formação continuada (especialização e mestrado, doutorado) aos profissionais da educação;
4. Reformular o plano de cargos, carreira e remuneração;
5. Fomentar e adequar o currículo escolar de forma coletiva e democrática, contribuindo para permanência dos/das estudantes na escola de tempo integral;
6. Regulamentar e consolidar o regime de colaboração entre estado e municípios na perspectiva de garantir uma política educacional unificada;

Gestão Democrático – Democratização do acesso, Permanência e Sucesso Escolar

1. Realizar a chamada escolar com vistas a garantir a democratização do acesso ao ensino público (educação básica) realizar a chamada escolar com vistas a garantir a democratização do acesso ao ensino público (educação básica);
2. Fomentar e adequar o currículo escolar de forma coletiva e democrática, contribuindo para permanência dos/das estudantes na escola de tempo integral;
3. Regulamentar e consolidar o regime de colaboração entre estado e municípios na perspectiva de garantir uma política educacional unificada;
4. Garantir o fortalecimento dos conselhos escolares nas unidades de ensino com vistas a garantir a participação de todos os representantes da comunidade escolar na gestão;
5. Garantir o fortalecimento e a ampliação do programa de descentralização de recursos da educação mediante repasses diretamente aos conselhos escolares;
6. Garantir a participação de todos os segmentos da comunidade escolar na elaboração do plano municipal de educação em conformidade com o plano nacional da educação;
7. Fortalecer ações e projetos de integração escola e comunidade objetivando a realização de atividades desportivas, artísticas e culturais integrando dessa forma o projeto político pedagógico da escola ao meio social em que está inserida;

Infra-Estrutura

1. Ampliar e reestruturar as salas de recursos multifuncionais para atendimento aos alunos/as com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação;
2. Construir e implementar centros de inclusão digital nas escolas e garantir seu pleno funcionamento;
3. Construir quadras cobertas nas escolas da rede municipal de ensino;



4. Construir e adequar escolas para o atendimento de educação integral na rede municipal de ensino;
5. Construir escolas para atendimento da educação básica na zona urbana e campo construir e reestruturar as salas de tv escola e de bibliotecas escolares nas unidades de ensino;
6. Reformar e adaptar os prédios escolares da rede municipal para acessibilidade dos alunos/as com necessidades educacionais especiais;
7. Construir bibliotecas públicas;
8. Construir escolas de música;

ESPORTE, CULTURA E LAZER

ESPORTE: As propostas foram organizadas em quatro eixos: Política de Infra-estrutura; Política de Valorização Profissional; Política do Esporte para a Qualidade de Vida e Política de Lazer para a Qualidade de Vida

Propostas

Eixo I – Política de Infra-estrutura para Qualidade de Vida

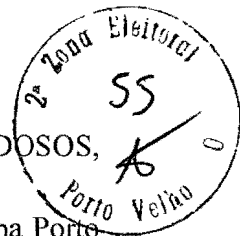
1. Implementar as estruturas esportivas existentes no município e distritos;
2. Adequar com acessibilidade as estruturas existentes e exigir acessibilidades às estruturas futura;
3. Implantar a academia municipal de ginástica;
4. Implementar o complexo esportivo municipal;
5. Implantar o projeto praça da juventude (projeto federal);
6. Construir um estádio municipal com complexo multi-eventos.

Eixo II – Política de Valorização Profissional

1. Implementar os incentivos financeiros existentes;
2. Implantar concurso público específico para a Secretaria Municipal de esportes e Lazer - Semes;
3. Implementar o organograma existente na SEMES adequando o quadro funcional;
4. Implementar os cursos de valorização profissional incentivando a especialização, mestrado, doutorado.

Eixo III – Política de Esporte para Qualidade de Vida

1. Implementar as escolinhas de iniciação esportiva em parceria com as federações, IES, Sistema 'S' e Associações;
2. Implementar o Conselho Municipal de Esportes criando sistema de cadastro;
3. Implantar a Lei de incentivo Municipal ao esporte;
4. Implantar a bolsa atleta municipal;
5. Implantar projetos federais esportivos como: PELC, Segundo Tempo;



6. Implantar atividades esportivas voltada aos grupos especiais (PNE, IDOSOS, HIPERTENSOS, CARDIACOS...);
7. Implementar calendário esportivo (festival de praia, corrida de voadeira, Interdistrital, Copa Porto Velho de futsal e voley de praia).

Eixo IV – Política de Lazer para Qualidade de Vida

1. Implementar as atividades dos parques com ações orientadas por profissionais de Educação Física (aulas orientadas como: alongamento, danças variadas, aulas de ginástica, gincana...);
2. Implantar o programa de ruas de lazer nos bairros de Porto Velho e Distritos nos finais de semana;
3. Implementar as existentes e implantar outras academias ao ar livre nas praças, parques, associações com orientação de profissionais de Educação Física;
4. Implantar academia ao ar livre ao público especial (IDOSO e PNE);
5. Implementar o calendário de eventos esportivo existente.

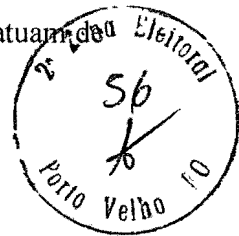
CULTURA

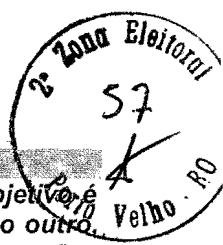
Propostas

Metas a Implantar

1. Ampliar o atendimento das regiões periféricas do município, com os programas e projetos culturais afirmativos – ampliação de recursos para maior atuação dos projetos CULTURAL NA PRAÇA (FOMENTO E LAZER) E ARTE DE TODOS (FORMAÇÃO);
2. Manter e ampliar o atendimento, nos distritos e assentamentos rurais, com programas culturais de formação (cursos, oficinas)
3. Reestruturar a Fundação Cultural com profissionais e equipamentos para atender de forma adequada a demanda do município e seu planejamento municipal, com realização de concurso público;
4. Manter com afinco a atuação do Conselho Municipal de Cultura;
5. Implantar e manter vivo e em funcionamento o Fundo Municipal de Cultura, bem como, atender a demanda de editais culturais em todos os segmentos e criando os demais festivais artísticos a exemplo o festival Amazônia em Cena na Rua;
6. Construir equipamentos culturais como centros culturais e teatros em diversos pontos da cidade, principalmente nos bairros periféricos;
7. Transferir para Fundação Cultural a Escola de Música e orçamento necessário para o seu funcionamento e manutenção; e a gestão do Mercado cultural;
8. Finalizar o processo de criação da orquestra municipal ora em fase de organização experimental;

9. Criar as escolas de artes tomando como base as escolas de música e escola de Dança que atuam de forma informal;
10. Ampliar as parcerias com pontos cultura (Edital Estadual e Federal);
11. Criação de pontos de cultura municipais (Edital Municipal e Federal);
12. Acompanhar a finalização da revitalização do complexo da Estrada de Ferro Madeira Mamoré;
13. Implantar o sistema de museus e bibliotecas;
14. Adaptar os galpões I (para restaurante) e II para um espaço multieventos ou teatro – conforme projetos já aprovados pelo IPHAN;
15. Fomentar a preservação da cultura dos povos e comunidades tradicionais, suas manifestações artísticas e saberes ancestrais;
16. Adequação do espaço (galpão) da antiga Enaro para funcionamento da sede da Funcultural;
17. Implantação do Teatro Municipal;
18. Valorizar e fomentar os conhecimentos dos mestres griôs;
19. Por em prática um plano de divulgação de massa, para as ações afirmativas do setor cultural;
20. Desburocratizar o processo para autorização para realização de eventos da cultura popular;
21. Implementar os festivais de Teatro, Musica e Dança;
22. Ampliação dos equipamentos sociais nos espaços públicos;
23. Criação dos Pontos de Encontro da Comunidade (PEC), para garantir espaços público de esporte e lazer para mulheres e crianças;
24. Ampliação, melhoria e embelezamento das praças públicas;
25. Garantia de acesso de idosos, e pessoas com deficiência aos espaços públicos;
26. Criação de ciclovias e de quadras públicas de esporte





GENERO

Um dos paradigmas a ser vencido na administração pública é a de equidade de gênero, cujo objetivo é que se torne um procedimento natural, ou seja, guiar-se pela prioridade do princípio de pensar o outro, cuidar do outro, pensando na promoção da cidadania para todos e todas. Assim temos que pautar ações que visem a transformação desse comportamento que ainda hoje é discriminatório e preconceituoso.

Propostas

1. Ampliação das parcerias para recuperação e ressocialização das mulheres;
2. Melhoria no atendimento com contratação de profissionais, como forma de reduzir as demoras no atendimento;
3. Fortalecer os projetos já existentes voltados a mulheres em situação de vulnerabilidade;
4. Ampliação e fortalecimento dos conselhos de defesa da mulher;
5. Ampliar maternidades, centro de referência, capacitação e contratação de pessoal para atendimento adequado;

GESTÃO PARTICIPATIVA COM MOVIMENTOS COMUNITÁRIOS

Tendo em vista que o foco da administração pública vem no sentido da transparência e participação popular, a gestão administrativa tornou-se fator imprescindível para que bom desempenho das ações públicas; portanto a participação popular terá papel de dar suporte e retorno dos trabalhos que serão desenvolvidos nos diversos setores da administração pública do município.

Propostas

1. Consolidar a participação popular na elaboração do orçamento;
2. Desenvolver ações de capacitação dos representantes dos movimentos sociais a fim de conhecer as diretrizes para a elaboração de orçamento municipal, bem como a sua execução;
3. Consolidar a participação popular nos Conselhos Municipais;
4. Elaborar um plano de divulgação das obras e serviços que são realizados nos bairros a fim de manter informados os representantes dos movimentos sociais;
5. Criação de mecanismos para aproximar os secretários municipais da população;
6. Criação e manutenção de canais de diálogo permanente com a comunidade religiosa;
7. Melhor aproveitamento da atuação social das comunidades religiosas, articulando-a com a estrutura de atendimento social da administração;
8. Decisões de maior relevância que envolvam investimentos, serão tomadas a partir de audiências públicas nas áreas afetadas;



HABITAÇÃO

Com o crescimento populacional de Porto Velho em função de grandes obras que se instalaram, gerou uma grande demanda por moradia, tornando-se um desafio proporcionar moradia digna a população em um espaço de tempo pequeno, onde devemos considerar que já havia uma demanda reprimida; portanto é prioridade a construção de moradia para a população.

Propostas

1. Produção de 5.000 unidades habitacionais para população de baixa renda;
2. Manter programas de atendimento a fim de disponibilizar assessoria jurídica para famílias que se encontram em áreas de ocupação;
3. Melhoria do acesso das mulheres às políticas públicas de aquisição da casa própria;
4. Manter os critérios que definem percentuais (entre 3% e 5%), que garantam a aquisição da casa própria, por mulheres que são chefes de família e aquelas em situação de vulnerabilidade social (violência, idosas, etc);
5. Dar continuidade às ações do Programa Federal em parceria com o Município referente a “Minha Casa Minha Vida”.

INTEGRAÇÃO DOS DISTRITOS

O município de Porto Velho tem uma vasta extensão territorial, onde temos comunidades que estão a mais de 200 km de distância e, inclusive, com dificuldade de acesso; desta forma necessitamos estabelecer uma política própria de desenvolvimento e atenção aos distritos e comunidades isoladas.

Propostas

1. Regularização Fundiária nos distritos;
2. Implantar condições de abastecimento com água potável à população ribeirinha;
3. Realizar gestão junto à ANATEL para se ter comunicação telefônica e internet segura nos distritos e comunidades ribeirinhas;
4. Manter o programa de estruturação das sedes administrativas nos distritos;
5. Estabelecer um projeto de uso e ocupação do solo nos distritos, com a finalidade de urbanização dos distritos, dentro de preceitos de sustentabilidade e qualidade de vida;

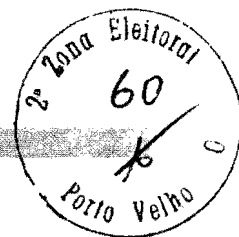
MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

O município que queremos está centrado em uma comunidade de homens e mulheres que respeitam a vida, desenvolvem suas potencialidades e convivem em harmonia com o meio ambiente. Um município que oferece a todos uma qualidade de vida cada vez melhor. Apesar de muitos dos problemas do município e da cidade terem origem nas políticas estaduais e federais, e potencializada com as grandes obras do governo federal, as experiências vitoriosas já alcançadas na atual administração nos remete ao aprofundamento das ações e intervenções necessárias para que o desenvolvimento de nosso município consolide um modelo que garanta qualidade de vida urbana e rural, uma cidade saudável, solidária e democrática, construída a partir da vontade e participação popular e coletiva.



Propostas

1. Apoiar ações conjuntas com a sociedade civil organizada visando projetos que tenham como objetivo a qualidade de vida urbano, valorizando-a esteticamente (trabalhadores comunitários, cuidador de ruas, entre outros);
2. Ampliar a fiscalização com vistas a evitar o lançamento de lixo em lugares impróprios;
3. Implantar central de coleta de óleos saturados (óleo de cozinha usado) para uso como biodiesel; podendo ser utilizado para os tratores, caminhões, entre outros)
4. Efetivar a política de gestão dos resíduos sólidos (cooperativas de reciclagem, compostagem, coleta seletiva, entre outras ações);
5. Consolidação do aterro sanitário;
6. Implantar e consolidar o processo de coleta seletiva;
7. Ampliação de programas de educação ambiental, com indicadores de avanço;
8. Dar continuidade na arborização da cidade e dos distritos;
9. Programa de recuperação e revitalização dos igarapes urbanos;
10. Parceria com a sociedade civil para a gestão de áreas verdes;
11. Criar na SEMA uma estrutura de gerenciamento de mudanças climáticas com a finalidade de estudar a emissão de gases com vistas a tornar uma cidade sustentável;
12. Parceria para implantar o Cadastro Ambiental Rural - CAR a ser expedido pela Prefeitura;
13. Implantar no âmbito da gestão municipal a Agenda Ambiental na Administração Pública- A3P
14. Ampliar o Licenciamento Ambiental de Atividades Potencialmente Poluidoras com impacto local, no âmbito do Acordo de Descentralização, assinado com a SEDAM.
15. Orientar as obras públicas para uma visão de construção que leve em conta o ambiente, com aproveitamento de luz natural, reutilização de águas, implantação de rede de esgotos de raízes, entre outras ações.
16. Implementar o Sistema Municipal de Áreas Verdes e de Lazer;
17. Implantar Sistema Público de Informações Ambientais Georreferenciadas;
18. Fomentar junto aos grandes consumidores de água como indústrias, comércio, condomínios residenciais e obras da construção civil a utilização de água de reuso;
19. Implantar a rede de locais para entrega voluntária de resíduos (recicláveis, entulho, madeira, pneus, lâmpadas, eletroeletrônicos, isopor, podas de jardim, pilhas e baterias, óleo de cozinha etc), estimulando a co-responsabilidade social;



Propostas

Transporte coletivo

1. Construção de Estações de Integração Euclides da Cunha e Raimundo Cantuária, reforma da Estação Ormindo de Menezes e ampliação de terminas de ônibus urbano;
2. Construção de Terminais de Ônibus Urbano, com Urbanização de Pontos de Paradas, com construção de novos abrigos, reforma dos antigos, melhoria na sinalização horizontal e vertical, construção de calçamento acessível, construção de baias estruturadas, implantação de corredores de ônibus e instalação de placas de identificação de linha de ônibus em braile;
3. Gerenciamento do Sistema de Transporte (GPS, CCO), com instalação de GPS na frota de ônibus urbano e instalação de um centro de monitoramento de transporte;
4. Ampliação do Sistema de Integração (Leva Eu)
5. Transporte individual
6. Ampliar a padronização de calçadas no Município, principalmente no centro comercial; pois a padronização das calçadas além de urbanizar a cidade possibilitará àquele que possui mobilidade reduzida o trânsito pela via com maior comodidade e segurança;
7. **Sinalização do Município com ênfase nos seguintes pontos:** ruas/avenidas com maior índice de acidentes Sinalizados; Faixa de Pedestres na área escolar semaforizada; modernização semafórica em Cruzamentos; Faixa de Pedestres em Cruzamentos semaforizados; Sinalização de vias novas asfaltadas; Sinalização horizontal Termoplástica; Placas de regulamentação; Instalação de placas de origem e destino; Revitalização de Faixa de Pedestres nos Cruzamentos Semaforizados; Instalação de Placas Toponímicas; Implantação da Lombada Eletrônica.
8. Abertura de vias que atualmente ligam pequenos trechos e implantação de corredores de ônibus;
9. Estudo para implantação de viaduto ou elevado na Av. Imigrantes com Jorge Teixeira;
10. Reestruturação da Malha Viária priorizando a acessibilidade e mobilidade urbana.
11. Implantação da Zona Azul.
12. Implantação de fiscalização e lombada eletrônica nas vias.
13. Readequação das linhas de transporte coletivo, aumento da frota de ônibus e criação de novas linhas;
14. Readequação das linhas de transporte coletivo, aumento da frota de ônibus e criação de novas linhas;
15. Urbanização do Terminal Hidroviário – Porto de Passageiros e Cargas;
16. Plano de transportes para os distritos e comunidades ribeirinhas: urbanizar e sinalizar as vias dos Distritos;



17. Reestruturar a Secretaria possibilitando que a mesma tenha maior autonomia em seu orçamento e desenvolvimento de suas ações e projetos;
18. Fomentar a educação para o trânsito com o aumento de profissionais para atuarem na área, bem como capacitá-los;
19. Elaborar um plano implantação de ciclovias e/ou ciclofaixas.
20. Integração tarifária e bilhete único;
21. Implantar terminais de transporte coletivos ligando as diversas regiões da cidade sem necessariamente ter que passar pelo centro;
22. Implantar moto faixa e moto vias;

POLÍTICA DE TRIBUTAÇÃO

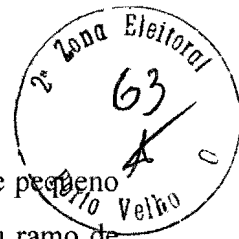
O grande desafio para a ser desenvolvido pela Prefeitura no momento chamado de "pós usinas" é continuar a prestar serviços públicos a população com a busca da eficiência e qualidade, tendo a consciência de que haverá uma redução de arrecadação, portanto no quesito de política tributária municipal se torna essencial estabelecer condições em que se torne eficiente e justa, pois manter uma arrecadação em patamares que venham a dar condições a manutenção da máquina pública e, ainda, ter recursos para novos investimentos mantendo a justiça tributária.

Propostas

1. Estabelecer parceria financeira com o BNDES, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, para implantação, expansão e modernização da infraestrutura dos serviços públicos, através da Secretaria Municipal de Fazenda, respeitando a legislação de crédito ao setor público;
2. Adaptação do Município ao programa da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios—REDESIM da Junta Comercial—JUCER, facilitando a abertura on-line de empresas, com a expedição de Alvará Municipal Provisório ou Alvará Municipal Definitivo de Funcionamento;
3. Desvincular a liberação do Alvará Municipal de Funcionamento, da expedição de Certificado Provisório do Corpo de Bombeiro Militar e Licenciamento Ambiental Municipal, tornando esses órgãos independentes, com a utilização de seus próprios servidores devidamente capacitados
4. Adquirir das operadoras de telecomunicações um "link" de maior capacidade (aumento da banda larga), tornando mais veloz o acesso ao sítio eletrônico, pelos usuários. Aquisição de máquinas e equipamentos de telemática, com capacitação dos servidores, para melhorar o atendimento para a população



5. Atualizar o Mapeamento da cidade para melhor identificação do cadastro imobiliário individual, com a correta aplicação de alíquota e sua base de cálculo, para cobrança do IPTU/ITBI;
6. Elaborar um plano de gestão com relação a dívida ativa, buscando a justiça de arrecadação e dando condição ao devedor de quitar suas dívidas junto a Fazenda Municipal;
7. Elaborar um programa de gestão para monitorar as flutuações na arrecadação, através do conhecimento dos fatores que influenciaram no seu aumento ou na diminuição, de forma a construir mecanismos ou ações corretivas visando a manutenção da estabilidade do fluxo da arrecadação;
8. Manter os impostos e contribuições atualizados por região;
9. Programar metas de arrecadação, acompanhando e monitorando o cumprimento das metas estabelecidas.
10. Elaborar estudos setoriais sobre tributação e determinar o potencial de arrecadação e o nível de evasão fiscal;
11. Incentivar a formalização da mão de obra em Porto Velho, facilitando o cadastramento e recolhimento do ISS devido. Fomentar setores de serviços intensivos de mão de obra, revendo a aplicação das alíquotas de ISS para áreas prioritárias no município de Porto Velho, promovendo o seu desenvolvimento;
12. Aplicação das normas constantes na legislação do Simples Nacional e do MEI – Micro Empreendedor Individual;
13. Modificar a Lei Municipal de forma que a maioria das aquisições de mercadorias e serviços possa ser realizada pelo Município de Porto Velho, no mercado local, através de Licitação;
14. Utilizar dos mecanismos da SEMFAZ (isenção de taxa, facilitação da formalização) incrementando o turismo (estrada de ferro), lazer (balneários), feiras de negócios (barracas, carrinhos, maquinas de costura) visando o incentivo para população de baixa renda nas áreas periféricas dos municípios;
15. Criar centros de referência em desenvolvimento local e economia solidária, com espaços de capacitação e estímulo ao empreendedorismo;



16. Facilitar o fornecimento de empréstimos e outros serviços financeiros especializados, de pequeno valor, para pequenas cooperativas e para pessoas carentes definidas por sua baixa renda ou ramo de negócio. Voltado para o público que não possui acesso às diversas formas de empréstimos, com a intervenção “in loco” do agente do crédito solicitado, para análise e concessão quando aprovado;

17. Trazer inovação na área econômica criando centros municipais, para que os jovens entrem no mercado de trabalho com melhores perspectivas. O jovem criará seu próprio negócio em áreas inovadoras;

18. Estimular a abertura de linha de crédito junto ao BNDES, através de corpo técnico da SEMFAZ;

POPULAÇÕES TRADICIONAIS

Considerando que Porto Velho irá completar 100 anos em 2015, durante o período de gestão municipal e que havia desbravadores nesta região desde de 1915; cabe a construção de políticas públicas que venham a resgatar essas famílias que ajudaram a construir esse município, bem como dar o devido reconhecimento público.

Propostas

1. Efetuar a identificação e o cadastramento das famílias tradicionais;
2. Elaborar políticas públicas que venham resgatar a história destes pioneiros;
3. Efetuar o levantamento da situação fundiária das moradias e planejar ação que vise a regularização de sua ocupação a fim de que possam ter acesso a recursos financeiros com vistas a melhorar a qualidade de vida e sua segurança jurídica.

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

A política de regularização fundiária que vem sendo desesenvolvida vem demonstrando avanço considerável no sentido de garantir a segurança jurídica em relação a moradia e que necessita ser mantida e aprimorada, incluindo outros vies de ação, tais como:

Propostas

1. Permanencia da SEMUR/Evolução
2. Convencimento juridico de implementação de Vara de Regularização Fundiária e Ambiental;
3. Gestão Fundiária das áreas verdes consolidadas, que perderam as características físicas, no vies de compensação. (estima-se 3000 famílias nesta situação);
4. Avançar na Regularização Fundiárias das áreas públicas



- 4.1. Da sede do Município;
- 4.2. Dos Distritos;
- 4.3. Ribeirinhos.
5. Código de Regularização Fundiária do Município;
6. Investimento tecnológico no cadastro fundiário, exemplo expedição de certidão cadastral eletrônico; cadastro multifinalitário;
7. Banco de Terras;
8. Mapeamento das áreas “non edificanti”;
9. Plano de gestão nas bacias hidrográficas;
10. Plano de Gestão de Regularização Fundiário;
11. Seqüência ao programa com a regularização fundiária de mais 20.000 imóveis urbanos e dos distritos, com gestão junto ao Governo Federal para regularização as áreas das comunidades ribeirinhas.

RESÍDUOS SÓLIDOS E SANEAMENTO

Considerando que a lei sobre resíduos sólidos é recente e que a administração pública não age na mesma velocidade que desejamos, pois há procedimentos legais a serem observados, entendemos que o município tem necessidade de construir políticas próprias de resíduos sólidos, tem como base a legislação vigente, tendo como parceiros as associações de catadores.

Propostas

Resíduos Sólidos

1. Revisão e Reestruturação do Plano de Resíduo;
2. Apresentar projetos de leis a Câmara que venham a instituir e garantir leis que estabeleçam diretrizes municipais para a universalização e democratização do acesso ao serviço público de coleta seletiva de resíduos sólidos;
3. Elaborar programas educacionais que venham alterar o comportamento dos munícipes quanto aos procedimentos de armazenagem e destinação de resíduos;
4. Criar e implantar incentivo nas instituições no sentido de aplicar políticas de resíduos sólidos em parceria com as associações formada por catadoras e catadores que trabalha e sobrevive desta atividade;
5. Reconhecimento das cooperativas e associações autogestionárias formada por pessoas que tem como fonte de renda a catção, como agentes ambientais de limpeza urbana, prestadores de serviços de coleta de materiais recicláveis;
6. Constituir e implantar programas que permitem o gerenciamento correto de resíduos sólidos compatíveis com preservação ambiental, desenvolvimento e sustentabilidade;



7. Garantir recursos financeiros no PPA MUNICIPAL a fim de apoiar e fortalecer as demandas como: construir, estruturar e equipar galpões de tiragem, para dar condições digna de trabalho das organizações de catadores;
8. Disponibilizar assistência técnica e assessorias junto as organizações de catadores;
9. Criar um fundo para capital de giro e o fortalecimento da rede de comercialização e o domínio da cadeia produtiva e da economia solidária

SAÚDE

Os avanços no setor saúde em Porto Velho no governo petista, quando contrastados com os 08 anos do governo antecessor, avançaram anos luz. Basta lembrar que na gestão passada, mesmo com o aumento da população e o surgimento de novos bairros, assentamentos e ocupações, nenhuma unidade de saúde foi construída. Nos próximos quatro anos, precisamos e vamos avançar ainda mais. Atingir 100% dos bairros com o Programa Saúde da Família, por exemplo, será uma meta a ser perseguida desde o primeiro dia de nossa gestão. Avançar no atendimento da média e alta complexidade, em parceria com os demais entes da federação e municípios vizinhos, também fará parte de nossa agenda. A educação no trânsito, como estratégia de saúde pública deve estar na ordem do dia. Um enfrentamento claro e objetivo ao uso abusivo do álcool e as drogas, baseado em programa que deve ter a participação da comunidade, desde a sua criação até a sua execução, também receberão total atenção de nossa parte.

Propostas

1. **CIRANDA DA VIDA** - A proposta se baseia em três eixos norteadores: promoção à vida, inclusão das práticas populares de cuidado e utilização das práticas culturais como estratégia de promoção da saúde. Em Porto Velho esta proposta chega revitalizando o trabalho realizado pelas Equipes de Saúde da Família aproximando-as das pessoas que atendem em seus territórios. Uma forma mais participativa de realizar a atenção a saúde.
2. **PROJETO PORTO VELHO SORRIDENTE** – O foco serão crianças e adolescentes entre 2 e 14 anos visando a promoção de assistência odontológica nas escolas em uma unidade móvel de saúde. As Equipes de Saúde da Família já realizarão os procedimentos coletivos de escovação supervisionada e fluoretação. Seria uma forma de aumentar capacidade de acompanhamento e tratamento odontológico em crianças na faixa escolar. Deixando o acompanhamento nos Centros para outras faixas etárias.
3. **NAScer COM SAÚDE** - Projeto com orientação nacional através de Portaria Ministerial, com alvo nas gestantes (estimadas em 8.000 ano na cidade de Porto Velho) para motivar e incentivar a realização o pré-natal e melhorar a qualidade de vida desta população, direcionado as pessoas carentes do município com o intuito de reduzir a mortalidade materna e infantil. Mensalmente poderemos com parcerias, dar às gestantes, que completam o pré-natal um Kit para o enxoval do recém-nascido. Não é um programa de difícil implantação, existe agora um incentivo do Projeto Rede Cegonha para a aquisição dos Kits. O Município precisa se qualificar para tal. Garantirá a melhoria da qualidade do trabalho pelas Equipes de Saúde da Família.
4. **VIVER BEM** - Projeto de suporte aos Núcleos de Apoio da Saúde da Família, com foco nos adultos e idosos portadores de doenças crônicas-degenerativas, principalmente àqueles cadastrados no Programa Hipertensão, para estabelecer diretrizes ao cuidado integral aos munícipes através de atividades físicas, promoção de orientação nutricional, controle e prevenção de doenças crônicas,

degenerativas e infecciosas, além de programa educativo de informação. Para tanto os NASFs precisam ser implantados, como a presença dos profissionais fisioterapeutas, educadores físicos e nutricionistas.



5. PROJETO NASCER, ENFRENTANDO A DESNUTRIÇÃO - voltado para os bebês considerados de risco, como os que nascem com menos de 2,5 quilos ou abaixo de 37 semanas de gestação, bem como os que apresentaram problemas no parto, entre outros fatores. O objetivo é promover o acompanhamento das crianças que têm maior risco de adoecer durante o primeiro ano de vida, na rede básica de saúde, de forma diferenciada para reduzir a mortalidade infantil com a garantia de consulta com pediatra e a cada dois meses com consulta de enfermagem. Também serão realizadas, bimestralmente, reuniões em grupo com as mães, onde serão feitas orientações sobre assuntos importantes no dia-a-dia do bebê. A proposta municipal poderia a de implantar pediatras no NASF ou transformar o Centro de Referência da Mulher em Centro de Referência da Mulher e da Criança.

6. SAÚDE ALTERNATIVA – Projeto para as Famílias de bairros com baixa renda visando o cuidado do ser humano como um todo, buscar com a prática saudável de terapias naturais (massagem, acupuntura, fisioterapia, terapia floral), proporcionar ao usuário uma reflexão que leve a mudanças em seus padrões de comportamento no que diz respeito à saúde física, mental e emocional, podendo ser construída com o apoio de algumas Equipes de Saúde da Família, suporte dos NASF (tendo a presença do fisioterapeuta) e outras instituições, como por exemplo as Marcelinas, que possuem um grande interesse e know how na prática da saúde alternativa.

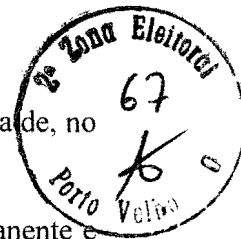
7. ATENDER BEM SAÚDE – Projeto com o objetivo de reorganizar as entradas das unidades de saúde, para garantir o acesso da população a serviços de saúde básica com qualidade, implantando o

8. CABEÇA LEGAL SAÚDE - Projeto para atender Jovens e adultos no intuito de garantir o acesso a todo indivíduo do município a uma política de redução de danos em função dos hábitos de fumar, ingerir álcool em excesso e uso de drogas. Em Porto Velho uma política de capacitação e integração das Equipes de Saúde da Família com o CAPS AD é prioridade.

9. RESGATE PARA VIDA – projeto que tem como alvo toda a população com o intuito de reduzir a morbi-mortalidade por violência na cidade, através da construção de uma rede de promoção, prevenção, assistência e reabilitação, bem como confecção de um banco de dados, já que as unidades de saúde ou pronto-atendimentos são os primeiros serviços procurados nestes casos. Existe uma proposta de construção do Serviço de Reabilitação.

10. ACADEMIA DA CIDADE - Projeto direcionado pelo Ministério da Saúde através da SAS, porém ainda não implantado na cidade com vistas a contribuir diretamente na qualidade de vida dos munícipes, garantindo um espaço para a prática de atividades físicas com orientação adequada quanto à intensidade e volume de exercícios para a melhoria de saúde dos frequentadores. Pode ser de ação intersetorial, coordenado pela Secretaria de Saúde, onde serão realizadas palestras de orientação nutricional, além de avaliação e monitoramento das condições de saúde dos participantes. Esse projeto poderia dar resposta a implantação de espaços alternativos de lazer e esporte na cidade, com o apoio de incentivos do SUS para a aquisição dos equipamentos da academia.

11. TRANSPORTE DE PACIENTES – Projeto para atender as demandas de deslocamentos de pacientes portadores de deficiências ou com debilitações físicas que necessitam de assistência a saúde ou para realizar sessões de quimioterapia, radioterapia e hemodiálise. O paciente, ou responsável,



deverá procurar a Unidade Básica de Saúde mais próxima de sua residência, com antecedência de, no mínimo três dias, portando documentos que comprovem o tratamento.

12. A SAÚDE TEM UMA MORADA PARA MIM – Projeto para abrigar de forma permanente e ofertar serviços de saúde mental para aquelas pessoas que foram abandonadas pela família e que precisam, além de moradia e alimentação, de um acompanhamento multiprofissional contínuo. As residências terapêuticas têm financiamento do Ministério da Saúde/Programa de Saúde Mental.

13 – A Atenção de Saúde de Média Complexidade - Versando sobre a assistência de média complexidade é claro a incapacidade quantitativa dos serviços médicos e diagnósticos especializados em toda Porto Velho e as filas de espera se avolumam. Atualmente Policlínica Oswaldo Cruz e o novo Centro de Especialidades Médicas inaugurado pelo Município de Porto Velho em 2012 são as únicas unidades que ofertam consultas especializadas, sendo notória a insuficiência de tal serviço em todo o estado, inclusive para a nossa capital que acaba absorvendo tal demanda. O serviço de regulação implantado pela SEMUSA tem o objetivo de controlar a demanda de saúde de média complexidade de Porto Velho para evitar que municípios que fazem parte de outras Regionais (Ariquemes, Ji-Paraná, Cacoal, Rolim de Moura, Vilhena) passem a utilizar tais serviços e dificultem ainda mais o acesso dos portovelhenses à complexidade referida (consultas e exames especializados). Partindo deste problema, fica clara a necessidade de investimentos neste nível de complexidade. Considerando que as maiores populações e as mais carentes estão nesta ordem: zonas leste, sul e norte, a instalação de Centros de Especializadas Médicas, com exames de refração (oftalmologia), eletroencefalograma, endoscopia digestiva, raio-x, mamomografia, ultrassonografia, eletrocardiograma, ecocardiograma, holter e audiometria), sendo prioridade as zonas leste e sul, é uma intervenção necessária. Um serviço móvel de saúde especializado sobre rodas, com consultas e exames ofertados com base em um cronograma que cubra os bairros da cidade, sendo esta população triada pelas equipes de Saúde da Família, é também uma alternativa interessante e politicamente correta ao promover a acessibilidade a tais serviços, além do impacto positivo no decréscimo da utilização da alta complexidade, evitando superlotações nos hospitais de urgência disponíveis que são João Paulo II e Cosme Damião (CEMETRON e Hospital de Base não são porta de entrada); este mesmo serviço pode ser utilizado nas escolas municipais, isto se a eles forem integrados a oftalmologia, otorrinolaringologia e pediatria em parceria com os serviços de odontologia já instalados e funcionando nas escolas municipais. Investimentos no SAMU no sentido de integrar ao serviço motolâncias e ambulanchas, bem como transporte aéreo para o deslocamento de casos graves que podem ocorrer nos distritos ao longo da BR e Baixo Madeira onde ambulância e ambulanchas, tendo em vista a gravidade, não são os veículos mais indicados, pode ser também uma proposta impactante. O Ministério disponibiliza recursos e tais veículos em caso de projetos. No tocante SAMU, uma luta antiga é a inserção da gratificação da periculosidade para a equipe que se desloca nas ambulâncias. Tal situação pode ser inserida no Plano de Cargos e Salários, Lei Complementar N.º 390 de 02 de julho 2010. Alguns serviços diagnósticos de suporte precisam ser instalados na comunidade ribeirinha e ao longo da BR, sendo eletrocardiograma, raio-x e ultrassonografia uma proposta inicial atraente. Muitas vezes tais pessoas se deslocam à capital para realizar um simples ultrassom, eletrocardiograma, ou mesmo são encaminhadas pelo médico assistente por falta deste suporte diagnóstico. O município dispõe de médicos especialistas que realizam tais procedimentos e que podem ser agendados para descerem com as equipes de saúde da família.

14. A Atenção de Saúde de Alta Complexidade - A reclamação na saúde é geral, mas nas entrevistas televisivas e nas matérias jornalísticas veiculados pelos diversos jornais do Estado, o foco sempre é o João Paulo II, porta de entrada de toda a população do estado de Rondônia, carente da assistência de alta complexidade já que a estrutura das grandes cidades interioranas, no âmbito do serviço público, mesmo batizadas como gestoras plenas do seu sistema de saúde, não se mostram resolutas. O Hospital Geral de Cacoal, que aguardou muitas gestões, sofreu graves desmandos e foi inaugurado por partes sem efetivo funcionamento. O Governo Confúcio Moura ainda não conseguiu

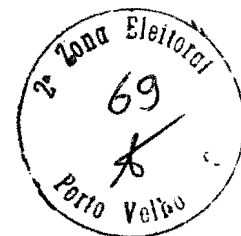


gerar impactos significativos no tocante à diminuição de vindas de pacientes do interior para o Hospital João Paulo II. A gestão estadual na saúde parece perdida aos olhos da população. O SESAU passaram, em menos de dois anos de governo Confúcio, cerca de 04 novos secretários de saúde. Os dois primeiros médicos, o terceiro delegado e o último e atual contador, sem nenhum resultado positivaram na saúde. A carência de médicos, principalmente nas especialidades de neurocirurgia, anestesiologia, ortopedia, endocrinologia, alergologia, oftalmologia, ginecologia e pediatria tem colocado o Sistema de Saúde Público e Privado em situação bastante delicada em todo o país e principalmente no nosso estado que começou a formar os seus primeiros médicos nos últimos 03 a quatro anos, sem residência. Sendo assim a iminência de demissão do profissional médico, a pedido no serviço público se avoluma, forçando ao Estado a aceitar a terceirização do próprio serviço, licitando empresas do tipo cooperativas para que o seu sistema não caia em colapso geral (principalmente anestesistas e neurocirurgiões, molas mestras na atenção de alta complexidade).

O concurso público descentralizado, com provas amplamente divulgadas nos meios de comunicação e com utilização de outdoors nas principais cidades brasileiras (Recife, Salvador, São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, dentre outras) foi uma estratégia inteligente implantada no Governo Raupp em 1997 que deu um salto significativo, principalmente na média e alta complexidade do estado na época. Hoje os poucos médicos que temos na otorrinolaringologia, neurologia, ortopedia, dentre outras especialidades vieram para o estado em 1997 e aqui constituíram suas famílias e ajudaram na estruturação do sistema de saúde estadual que na época estava praticamente enterrado. O município não pode se furtar a este processo sob pena de ter em seus quadros de aprovados em concursos apenas estudantes de medicina ou então profissionais recém formados; ou mesmo nenhuma aprovação para a medicina especializada. A parceria do município de Porto Velho com o estado no sentido de fomentar a residência em anestesiologia, ortopedia, neurocirurgia é prioridade zero. Daí talvez a FIOCRUZ possa ser grande parceiro dentre outras instituições de ensino superior que possam se conveniar com o estado que também poderá utilizar-se do seu corpo de profissionais para está na coordenação de tais residências. Um avanço significativo no que se refere às ações de alta complexidade por parte do município caminha em dois sentidos. O primeiro aumentando o número de leitos da maternidade e implantando o serviço de UTI Neonatal que tem suporte financeiro e obrigatório do Governo do Estado via Comissão Intergestora Bipartite-CIB. A segunda proposta nesta complexidade é intervir para que a gestão do Pronto-Socorro do Município de Porto Velho, a ser construído pelo Sistema de Saúde Estadual tenha a gestão compartilhada com a Municipalidade. O único hospital público decente em Porto Velho é a maternidade Mãe Esperança que imprime uma gestão capaz, responsável e digna de louvor e prêmios como o título Hospital Amigo da Criança, além de 90% do atendimento avaliado como bom e ótimo pelas gestantes e acompanhantes, já como o parto humanizado é a política chave daquele nosocômio especializado. Pensar em absorver toda a alta complexidade no primeiro quadriênio de gestão é um pensamento extremo, audacioso e, portanto inadequado. A gestão compartilhada no Pronto Socorro será um ensaio para o embasamento do futuro, numa nova gestão. Os serviços de tecnologia muito avançada tais como: ressonância magnética, tomografia, cintilografia, cirurgias especializadas como as cardíacas, bariátricas, os transplantes, a hemodiálise e diálise peritoneal, dentre centenas de outros, todos de alta complexidade, deverão ainda está sob a responsabilidade do Estado.

Propostas das mulheres

1. Ter como princípio, a garantia do atendimento humanizado, respeitoso, acolhedor e esclarecer às mulheres em todos os seus momentos, como preconizam SUS/PAISM, em ambiente adequado e privativo que garanta sua intimidade.
2. Garantir os direitos reprodutivos das mulheres, conforme a Lei e ampliando espaços físicos e contratação de profissionais com capacitação técnica para o atendimento a casos de violência doméstica e sexual;
3. Adotar políticas de erradicação das drogas;



4. Garantir atendimento às mulheres vulnerabilizadas pelas drogas e o álcool;
6. Facilitar o acesso das mulheres a todas as consultas ginecológicas;
7. Intensificar o combate ao câncer de Colo Uterino;
8. Garantir a todas as mulheres com idade de 9 a 40 ano, a vacina contra o HPV, com melhor acesso ao SUS;
10. Adotar uma política de combate às drogas, buscando parceiras com empresários, MP, família e cuidadores de dependentes, trabalhando com a relação capital-trabalho-conteúdo e linguagem;
11. Garantir internação dos dependentes no CAPS;
12. Implantar clínica especializada p/ atendimento;
11. Formar professores e enfermeiros p/ o atendimento a dependentes químicos;
12. Apropriar-se de projetos já existentes (Nós Na Prevenção) e aprimorar;
13. Erradicação da violência institucional contra as mulheres gestantes e/ou vitimadas pela violência doméstica;
14. Ampliação das políticas de Saúde da família;
15. Adoção de PP voltadas às mulheres em situação de vulnerabilidade social (drogadização, rualização, prostituição, envelhecimento, etc);
16. Implementação das políticas de educação para a saúde (redução da gestação precoce)

Outras Propostas:

1. Participação população de gestão através de forum setorial por unidade de saúde;
2. Carreta da saúde para atendimento móvel de atenção básica;
3. Integração dos profissionais de saúde e educação;
4. Abertura de novos restaurantes populares com fornecimento de alimentação saudável.

SEGURANÇA

O crescimento da violência e criminalidade em nossa cidade é uma realidade que tem atingido toda a população e que o Estado em suas esferas estadual e federal, não tem apresentado respostas satisfatórias. Essa situação afeta diretamente a qualidade de vida das pessoas e o desenvolvimento da cidade, ou seja, é no município que as conseqüências dessa insegurança são sentidas e o município que sofre os prejuízos decorrentes. Nesse ambiente, as soluções são definidas sem a participação do município, o principal interessado na melhoria da segurança de seus cidadãos, o que tem gerado uma dissonância entre as necessidades da sociedade local e os resultados produzidos pelas políticas de segurança pública implantadas pelo Estado e pela União. A participação do município no Sistema de Segurança Pública está prevista na Constituição Federal com a possibilidade de criar Guarda Municipal, porém diversas outras ações de competência municipal podem ser desenvolvidas para fins de promover a defesa social e melhoria da segurança pública. Como tal, o nosso governo irá enfrentar a violência e criminalidade, envidando esforços para melhorar a qualidade

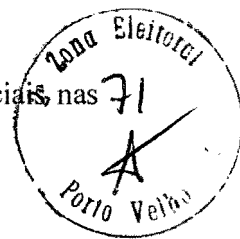


de vida de nossos cidadãos e tornar Porto Velho uma cidade mais segura, promovendo a cultura da paz.

Propostas

1. Desenvolver, implementar e coordenar projetos na esfera de atribuição do município, articulado com as secretarias municipais, com a União, o Estado e a Sociedade Civil para a preservação da paz social;
2. Criar o Gabinete de Gestão Integrada;
3. Criar a Guarda Municipal;
4. Implementar o Conselho Municipal de Segurança;
5. Estabelecer parceria com entidades que desenvolvem ações para a recuperação de dependentes químicos, fortalecendo e replicando os trabalhos realizados;
6. Criar programa de apoio e orientação a família, empresas e instituições para colaborarem na prevenção ao uso da droga e recuperação de dependentes;
7. Estabelecer parcerias com o Judiciário nas ações para aplicação de penas alternativas e medidas sócio educativas;
8. Estabelecer parcerias com o Estado e a União para capacitação e trabalho de infratores e apenados;
9. Criar programa de ressocialização e reinserção social para os egressos do sistema prisional, com a participação da sociedade;
10. Assistir os filhos de apenados;
11. Programa de sinalização das vias;
12. Sinalização e fiscalização nas áreas de grande circulação (escolas, empresas, centros comerciais);
13. Campanha de orientação a pedestres e motoristas;
14. Urbanizar e proteger as praças e logradouros públicos;
15. Desenvolver ações para uso dos espaços públicos nas comunidades, para fins de esporte, cultura e lazer;
16. Criar programa de vigilância com câmaras das vias, logradouros e praças;
17. Incrementar programa de iluminação pública;
18. Participar dos Conselhos Comunitários de Segurança;
19. Colaborar com o policiamento comunitário do Governo Estadual;
20. Criar Programa de Mediadores de Conflitos nas Comunidades;

21. Formar parceria com a OAB, Defensoria Pública e Faculdades para atendimentos judiciais nas comunidades;
22. Integrar as ações dos órgãos de defesa dos direitos humanos;
23. Criar programa de assistência às vítimas de crime;
24. Integrar as ações com a Defesa Civil Estadual.

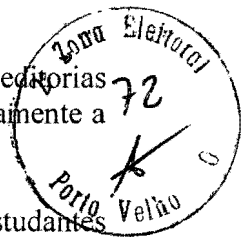


PESQUISA, TECNOLOGIA E RENOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Em plena era da ciência, a tecnologia e a inovação (CT&I) tem desempenhado um papel cada vez mais relevante nas sociedades modernas, atuando como elemento integrante do desenvolvimento econômico e social do município, o progresso científico e tecnológico demanda instituições sólidas, capazes de garantir a necessária continuidade na elaboração, encaminhamento e implementação das ações. Neste sentido é necessário que o poder público municipal garanta a implantação, para a área de C&T, de uma Secretaria, Departamento ou Assessoria na estrutura organizacional da Prefeitura (Administração Direta) ou criação de uma Diretoria de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Propostas

1. Criação de mecanismos para atração de empresas de alta tecnologia e consequente geração de empregos de qualidade, com grande efeito multiplicador para o desenvolvimento socioeconômico da região;
2. Criação do Centro de Treinamento em Tecnologia para os servidores municipais;
3. Programa de Capacitação "on-line" através do Portal da Prefeitura de Porto Velho para servidores municipais e população em geral;
4. Ampliar o alcance do Programa Porto Velho "on-line" com Internet grátis para todos;
5. Institucionalização da área de C&T na estrutura da Prefeitura;
6. Consolidação do Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia;
7. Implantação e operacionalização do Fundo de Apoio à Ciência e Tecnologia do Município de Porto Velho;
8. Criar programas de disseminação da cultura de CT&I junto à Secretaria de Educação Municipal, envolvendo alunos de ensino fundamental em atividades como feira de ciências, e outras, estimulando-os, ainda, a participar dos concursos da SBPC e CNPq;
9. Garantir a presença da área de CT&I nas definições de políticas públicas municipais, especialmente nas áreas de Educação, Saúde, Infraestrutura, Agricultura e Meio Ambiente;
10. Criar e implantar projetos de inclusão digital, de forma a garantir o acesso da população aos benefícios das novas Tecnologias de Informação;



11. Apoiar a criação e manutenção de programas de rádio e TV, bem como de editorias especializados em Ciência, Tecnologia e Inovação na mídia local, de forma a divulgar amplamente a cultura de C&T junto à população de Porto Velho;
12. Apoio e articulação de Feiras de Ciência e Tecnologia e Eventos de C&T envolvendo estudantes do ensino fundamental;
13. Implantar Políticas Públicas Municipais de Ciência, Tecnologia e Inovação Destinadas à Promoção do Desenvolvimento Sustentável do Município de Porto Velho;
14. Investir para o desenvolvimento de produtos e serviços com alto valor agregado, com base tecnológica e derivados das atividades de C,T&I no Município;
15. Qualificar recursos humanos na área de tecnologia.

TURISMO E ECOTURISMO

A palavra de ordem é a sustentabilidade, pois as questões ligadas a preservação ambiental são consideradas como prioridade na atualidade, portanto o desenvolvimento econômico que venha a tratar de forma sustentável o ambiente, terá maior preferência pelas pessoas, desta forma o turismo ligado a biodiversidade deverá ser nas ações de governo e o turismo ecologico

Propostas

1. Manutenção do programa de recuperação do patrimônio histórico (antiga Camara dos Vereadores);
2. Criação da Casa do Turismo;
3. Fortalecer o Grupo de Gestor de Turismo;
4. Sinalizar a cidade com placa dos pontos históricos;
5. Dar continuidade na revitalização dos centros históricos (Vila Candelária, Caixa d'Água, Praça Aluizio Ferreira, acervo da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, Igreja de Santo Antônio)
6. Capacitação dos profissionais que entram em contatos com visitantes de Porto Velho (taxistas, atendentes de hotel);
7. Implantar as ações do Plano Municipal de Turismo;
8. Efetivar as ações do Fundo Municipal de Turismo;
9. Apoio ao fortalecimento do turismo ecológico mostrando nossas riquezas naturais através da:
 - Estruturação dos balneários (banhos) próximos da capital;
 - Estímulo a pacotes de visitas ao lago do Cuniã, rio Verde, rio Maici, rio Madeira, Ponta do Abunã e reservas florestais;
10. Transformar os potenciais turísticos em produtos turísticos;
11. Avançar na revitalização do Complexo da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré:
 - Conclusão da recuperação dos galpões;



- Construção da praça de alimentação;

13. Construção de centro de eventos;

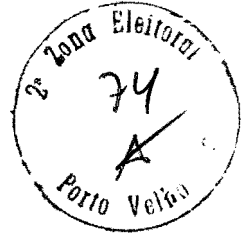
14. Organizar um roteiro turístico de Porto Velho com indicações de mapas, balneários, cachoeiras, hotéis, bares, restaurantes.

15. Implantar espaço para difusão do artesanato local;

16. Promoção de ações voltadas para o desenvolvimento do turismo cultural, Incluindo a educação patrimonial, preservação do patrimônio e inclusão da cidade nos roteiros turísticos regionais;

17. Criar uma agenda de atividades turísticas em Porto Velho: Carnaval, Flor do Maracujá, Expovel, Trem do São João com indicações de datas, roteiros, hotéis;

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Na construção do Programa de Governo levou-se em consideração os princípios básicos do modo petista de governar, onde a participação popular, a transparência nas ações de governo, a boa gestão dos recursos públicos e busca constante da justiça social são o nosso norte.

O programa de governo procura priorizar algumas ações, nas quais estão contemplados pontos em que a sociedade mais exige, a saber: saúde, educação, segurança e mobilidade urbana; neste sentido dentro da competência do poder municipal e em parceria com o governo federal e estadual procurou-se construir propostas exequíveis, sem invenções e mágicas, pois os recursos são pequenos e portanto, devem ser utilizados com responsabilidade.

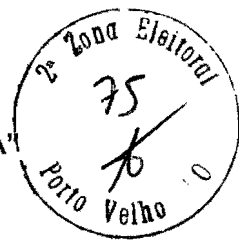
E pensando na construção de uma Porto Velho mais justa para todos e todas, buscamos como fonte de informação os dados contidos nas Secretarias e Coordenadorias do município, bem como discussões com representantes das diversas áreas temáticas que estabelecemos como base para construção do programa, portanto as necessidades levantadas estão de acordo com o desejo emanada da sociedade.

Considerando que o modo petista de governo vem demonstrando avanços significativos em todas as áreas, onde são princípios fundamentais, a inversão de prioridades conservadoras, orçamento participativo, transparência, participação popular, valores éticos na administração pública e a construção de uma nova relação entre Estado, Sociedade e Mercado.

Com a Presidenta Dilma Rousseff na esfera federal e a proximidade que nossa candidata tem com a mesma e compartilhando a mesma visão de que um "Município Rico é um Município Sem Pobreza", teremos a oportunidade de ampliar as ações do Governo Federal em Porto Velho, que vem demonstrando importância estratégica, além do que representa um resgate dos direitos que esta região tem em relação às políticas públicas para a região Amazônica.

Até a vitória!

COLIGAÇÃO "POR AMOR A PORTO VELHO O MELHOR VEM AGORA"
PT/PR/PPL



Prefeita FATIMA CLEIDE – 13
Vice MIGUEL DE SOUZA

CONSELHO POLÍTICO DA COLIGAÇÃO

Tácito Pereira - Presidente do PT - Municipal
Geraldo Sena - Presidente do PR - Municipal
Leandro de Jesus - Presidente do PPL - Municipal